

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

VERBOS E TRANSITIVIDADE VERBAL EM LIVROS DIDÁTICOS

Aline Moraes Oliveira (UFES/SABERES)

alinekinha@ig.com.br

Carmelita Minélio da Silva Amorim (UFF)

Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)

REFLEXÕES INICIAIS

O ensino da língua portuguesa no Brasil recebe críticas e questionamentos há muitos anos. Sabemos que as discussões acadêmicas atuais priorizam a necessidade de se avaliar e pensar o ensino de maneira mais condizente com a realidade do aluno, do professor e da escola. Não podemos negar que pensar a realidade implica pensar o social, no entanto, o nosso trabalho não pretende contemplar aspectos sociológicos. Objetivamos, sim, trabalhar as concepções de transitividade de livros didáticos e ainda, de maneira tangencial, comentar a postura adotada por professores de língua materna.

Percebemos um avanço nos documentos governamentais que deveriam nortear o ensino de língua, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que preconizam a reflexão linguística. De acordo com esses documentos, a linguagem é uma atividade de natureza reflexiva que, em última análise, depende de aspectos linguísticos, de interação social e cognitivos. “A análise linguística refere-se a atividades que se pode classificar em epilinguísticas e metalinguísticas. Ambas são atividades de reflexão sobre a língua, mas se diferenciam nos seus fins” (BRASIL, 1997, p. 38). Entretanto, sabemos que a gramática tem sido ensinada de maneira descontextualizada, o que também os Parâmetros Curriculares Nacionais afirmam ao dizer que esta se reduz a uma prática pedagógica que vai da metalinguagem à memorização de nomenclaturas.

Por maior que seja a orientação trazida pelos PCN, notamos que ainda há falhas significativas no que diz respeito ao ensino de língua materna. Neves (2001, p. 10) afirma que “as aulas de gramática consistem numa simples transmissão de conteúdos expostos no livro didático em uso”. Muitos autores de livros didáticos, na tentativa de seguirem as recomendações dos PCN, inserem em suas obras gê-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

neros textuais como mero pretexto. Parece-nos que não existe uma preocupação de trabalhar o texto em si, e sim de “dissecar” sintaticamente, sobretudo, os dados ali presentes.

De acordo com os PCN, nas palavras de Oliveira e Cezario (2007, p. 92):

As chamadas *aulas de gramática* devem passar a compor o conjunto de atividades de *análise e reflexão sobre a língua*, como suporte e subsídio das práticas de leitura, produção, revisão e reprodução de textos. Nesse realinhamento, os conteúdos gramaticais passam a ser tratados como conhecimentos de acesso ao competente e eficiente desempenho linguístico, focados em termos de relevância e pertinência para a legibilidade e (re)elaboração dos sentidos textuais. Assim, a seleção dos conteúdos gramaticais a serem trabalhados deve levar em conta as produções textuais. Essa nova condição permite e enseja que, ao final de um projeto pedagógico ou de uma unidade de trabalho, por exemplo, se faça uma sistematização dos conteúdos gramaticais trabalhados, que terá, aí sim, sentido maior para os alunos.

Fizemos a seleção de alguns livros didáticos adotados entre 1995 e 2008 no Ensino Médio de escolas públicas e particulares dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Buscamos registrar a forma como essas obras classificam *verbo* e abordam o fenômeno da transitividade. Ressaltamos que todos os exemplares são de volume único. As obras e seus apontamentos serão apresentados numa ordem cronológica de suas publicações.

1. *Verbos e transitividade verbal em livros didáticos*

Infante (1995, p. 145), na introdução e na conceituação sobre os *Estudos dos Verbos*, define o verbo da seguinte maneira:

Verbo significa, originalmente, “palavra”. Esse significado pode ser percebidos em expressões como “abrir o verbo” ou “deitar o verbo”, utilizadas para indicar o uso farto e desimpedido das palavras. As palavras que pertencem à classe gramatical dos verbos receberam esse nome justamente porque, devido à sua importância nas orações da língua, foram consideradas “as palavras” por excelência pelos gramáticos. Conjuguar um verbo é, portanto, exercer o direito pleno de empregar a palavra; no caso dos verbos como “sempreamar” e “pluriamar”, é, segundo o poeta, realizar-se em sua própria humanidade.

Verbo é a palavra que se flexiona em número, pessoa, modo, tempo e voz. Pode indicar ação (correr, pular), estado ou mudança de estado (ser, ficar), fenômeno natural (chover, anoitecer), ocorrência (acontecer,

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

sucedem), desejo (querer, aspirar) e outros processos.

Paschoalin e Spadoto (1996, p. 82) consideram verbo “a palavra que expressa ação, estado e fenômeno da natureza situados no tempo”.

A “palavra que exprime um *fato* (em geral uma *ação*, um *estado* ou um *fenômeno*, localizando-o no tempo” é considerada verbo por Amaral *et alii* (2000, p. 392).

Para Terra, Nicola e Cavalleto (2002, p. 175), o verbo “é a classe gramatical que apresenta maior variedade de formas, admitindo flexão de pessoa, número, tempo, modo e voz”.

Maia (2003, p. 193), em edição compacta de sua obra, caracteriza o verbo como a “palavra que, numa perspectiva de tempo, exprime ação, estado ou fenômeno, indicando também o modo, o número, a pessoa e a voz”.

Pereira e Pelachin (2004, p. 407) dizem que verbo pode ser definido como a palavra que:

- *semanticamente* expressa um processo (ação, estado, fenômeno);
- *morfologicamente* apresenta flexões de tempo e modo; número e pessoa;
- *funcionalmente* estrutura um enunciado quando expressa ação ou fenômeno, ou relaciona uma qualidade ao sujeito da oração quando expressa estado.

Trata-se da classe gramatical que acumula o maior número de flexões, uma vez que, além de tempo, modo, número e pessoa, indica ainda voz e aspecto.

Com relação aos estudos da transitividade, esses autores registram alguns dados. Verifiquemos.

Infante (1995) trata dos verbos intransitivos, dos transitivos diretos e indiretos, dos indiferentemente transitivos diretos e indiretos e dos transitivos diretos e indiretos. Ainda acrescenta o estudo de verbos cuja mudança de transitividade implica mudança de significado. Para ele, os intransitivos são aqueles que não necessitam de complemento. Os transitivos diretos são complementados por objetos diretos, ou seja, não exigem qualquer preposição para o estabelecimento da relação de regência. “Os verbos transitivos indiretos são

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

complementados por objetos indiretos: isso significa que esses verbos exigem uma preposição para o estabelecimento da relação de regência” (1995, p. 475). Os verbos que podem ser usados como transitivos diretos ou indiretos, sem que isso implique alteração de sentido, são chamados de verbos indiferentemente transitivos diretos e indiretos. O autor também explica que há vários verbos cujas modificações de transitividade produzem mudança de significado.

Paschoalin e Spadoto (1996, p. 180), nos estudos sobre a predicação do verbo, explicitam que “há verbos que expressam *ação*: são verbos significativos. Os verbos significativos classificam-se em: *intransitivos* e *transitivos*”. Definem da seguinte maneira os verbos significativos:

Verbo intransitivo é aquele que traz em si a ideia completa da ação, sem necessitar, portanto, de um outro termo para completar o seu sentido, ou seja, sua ação não transita.

(...)

Verbo transitivo é aquele que não traz em si ideia completa da ação, necessitando, portanto, de um outro termo para completar seu sentido, ou seja, sua ação transita. Por completar o sentido de um verbo, esse outro termo é um *complemento verbal* ou *objeto* (1996, p. 180-182).

Paschoalin e Spadoto (1996, p. 182) acrescentam que “há verbos que expressam *estado*, não são significativos. São os *verbos de ligação*”. Verbo de ligação “é aquele que, expressando estado, liga características ao sujeito, estabelecendo relações entre eles (sujeito e características) certos tipos de relações”.

Ao elencar os tipos de verbo no predicado, Amaral *et al* (2000, p. 425-426) apontam que “o verbo, palavra indispensável à constituição das orações, sempre ocorre no predicado e, dependendo das relações que se estabelecem entre eles e os demais termos, pode ser de dois tipos: *verbo de ligação* ou *verbo significativo*”.

Verbo de ligação é “todo verbo que, por si mesmo, nada informa sobre o sujeito; ele apenas liga o sujeito ao predicativo” (...) “Diferentemente dos verbos de ligação, os *verbos significativos* expressam, por si mesmos, uma informação e têm, portanto, um sentido próprio. Em geral, esses verbos expressam ações (acontecimentos) ou fenômenos da natureza”. Os autores classificam os verbos significativos em intransitivos e transitivos. Os transitivos em diretos, indi-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

retos e diretos e indiretos.

Terra, Nicola e Cavallette (2002, p. 195-196) asseguram que

Os verbos significativos podem ser de *significação absoluta* (quando são capazes de, sozinhos, constituir o predicado) ou de *significação relativa* (quando não são capazes de, sozinhos, constituir o predicado, exigindo um complemento).

Os verbos de significação absoluta são denominados *intransitivos* e os de significação relativa, de transitivos. Os verbos transitivos vão exigir, portanto, termos que completem sua significação relativa.

(...) os termos que completam a significação relativa do verbo podem estar a ele relacionados por meio de preposição ou não.

Ao abordar termos essenciais da oração e tipos de predicado, Maia (2003, p. 248) classifica os verbos em intransitivos – “verbo de *sentido completo*”; transitivos – “verbo de *sentido incompleto*”; e, verbo de ligação – “serve apenas para estabelecer a união entre duas palavras de caráter nominal”.

As autoras Pereira e Pelachin (2004, p. 452) nos expõem que “O verbo pode indicar um estado ou uma ação do sujeito. Vamos classificar (...) os que expressam *ação* (*ler, correr, dançar, sorrir*, por exemplo) ou *fenômeno da natureza* (*relampejar, nevar etc.*)”.

As autoras exibem, ainda, a classificação:

Verbo transitivo direto – pede complemento sem a presença de preposição.

(...)

Verbo transitivo indireto – pede complemento com preposição.

(...)

Verbo transitivo direto e indireto – pede um complemento sem e outro com preposição.

(...)

Verbo intransitivo – não pede complemento. (PEREIRA & PELACHIN, 2004, p. 453)

Acrescentam, na página 462 que o verbo de ligação é caracterizado como o verbo que “semanticamente expressa um estado e sintaticamente relaciona o sujeito a uma qualidade”.

2. Reflexões finais

No que diz respeito ao ensino da língua portuguesa e, mais particularmente, ao ensino de verbos e da transitividade verbal, podemos perceber, através da realização deste estudo, que muitas são as deficiências e as lacunas encontradas nos livros didáticos. Constatamos que há a persistência de uma prática pedagógica que mantém como unidade de estudo a palavra e a frase, fora de contextualização. Fato é que existe uma “reprodução” do que registram as gramáticas tradicionais. Pouco se percebe, quando se percebe, a influência dos estudos e avanços linguísticos presentes nesse tipo de material, fator agravante no quadro de ensino da língua portuguesa, pois percebemos que a nomenclatura e a imposição de regras são itens priorizados nas orientações de muitos livros didáticos e, conseqüentemente, no direcionamento das aulas.

As teorias que norteiam o trabalho do professor e as concepções de linguagem e ensino de língua que estão sendo a base das aulas de língua portuguesa podem ser percebidas por meio da análise dos livros. Evidenciamos a necessidade de o professor retomar o livro como um auxílio às suas aulas e não como algo imexível. Os livros didáticos recebem muitas críticas, e estas não são recentes.

Fernanda Schneider (2008)⁴⁵ faz um estudo sobre *O ensino da gramática: repensando o livro didático para o efetivo ensino da língua* e comenta a posição de Geraldi acerca do livro didático. Baseando-nos nas palavras de Shneider (2008), podemos dizer que Geraldi (1987, p. 04), ao conceder uma entrevista à revista *Leitura: teoria e prática*, apresenta-se um defensor radical da não-adoção do livro didático. Em sua entrevista, Geraldi salienta alguns aspectos que devem ser considerados. Primeiramente, o autor cita a alienação - por parte do professor, pois o mesmo não exerce seu direito de elaborar suas aulas; a predeterminação - referente aos conteúdos de ensino, às leituras, enfim a tudo o que envolve o ensino da língua, que resulta por "matar as pesquisas" e a falsificação das condições de trabalho - falsifica as condições de ensino-aprendizagem e também as condições de trabalho do professor. O autor explica que, ao serem distri-

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/3675/1/o-ensino-da-gramatica-repensando-o-livro-didatico-para-o-efetivo-ensino-da-lingua/pagina1.html>>. Acesso em 15 de março de 2008.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

buídas grandes quantidades de livro didático, aumenta-se o número de alunos nas salas de aula e o professor acaba desenvolvendo o trabalho presente no livro adotado. Assim, o professor não precisa pensar, criar e elaborar suas aulas. Segundo ele, o livro "emburrece" alunos e professores. Essa visão do autor data do ano de 1987, suas ideias podem servir para os dias de hoje, mas consideramo-nas um tanto radical. Fato é: os livros didáticos melhoraram consideravelmente, mas mesmo assim verificam-se muitas falhas e faz-se necessário melhorar as condições de produção do ensino-aprendizagem em sala de aula.

Nesse sentido, concordamos com Schneider (2008), ao dizer que o professor deve se libertar das amarras do livro didático e assumir seu papel. Pode utilizá-lo, mas sem segui-lo à risca. Ocupar o que tem de melhor e o restante recriar, refazer e variar seu uso. Portanto, é preciso fazer da aula de português um exercício de conhecimentos linguísticos, através de proposições, de discussões de textos apresentados e atividades reflexivas, que desenvolvam a competência cognitiva e principalmente, a formação de um leitor/escritor de diferentes tipos / gêneros de texto.

Constatamos que os livros didáticos, e conseqüentemente, que muitos dos seus fiéis seguidores – os professores – apresentam uma concepção tradicional de gramática. Os livros reduzem sua concepção à classificação dos verbos em transitivos e intransitivos sem considerar o contexto da oração e os seus demais constituintes. Percebemos que esses conceitos são ensinados a partir da apresentação de situações-modelo com frases isoladas, fixação de regras e passos de identificação da transitividade do verbo sem levar em conta o contexto linguístico, conclusões também apresentadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, para os quais o baixo rendimento dos alunos na aprendizagem de língua materna é devido à ineficiência das metodologias de ensino implementadas pelos professores, as quais se baseiam na concepção tradicional de linguagem e gramática, propostas pelos livros didáticos.

Acrescentamos que os livros didáticos averiguados se reduzem às exposições de parâmetros, esquemas de classes e subclasses em que não se analisam as funções ou relações entre essas classes dentro de uma oração. As atividades ou exposição do conteúdo são

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

organizadas de forma a não se enquadrarem em situações eventuais de uso, mas em textos prontos, construídos para tal exercitação. De quando em vez, aparecem tiras, charges, peças publicitárias, no entanto, a abordagem direcionada pelos autores aos professores é meramente formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. S. *Gramática mínima para o domínio da língua padrão*. São Paulo: Ateliê, 2003.

AMARAL, E. *et al. Novas palavras: português*. São Paulo: FTD, 2000. (Coleção Novas Palavras – Série Ensino Médio).

AMORIM, C. M. da S.; ROCHA, L. H. P. da (Org.). *(In)transitividade na perspectiva funcionalista da língua*. Vitória: Edufes, 2008.

BALDINI, L. *A Nomenclatura Gramatical Brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BORBA, F. da S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo, Ática, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais – Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC/DP&A, 2000.

DUBOIS, J. *et al. Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973

FÁVERO, L. L., KOCH, I. G. V. *Linguística textual: introdução*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; MARTELOTA, M. E.; OLIVEIRA, M. R. de. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FAPERJ/DP&A, 2003.

_____ ; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GERALDI, J. W. *LEITURA: teoria e prática*. Ano 6, nº 9. ju-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

nho,1987, p. 3 - 7.

HOPPER, P. & THOMPSON, S. A. Transitivity in Grammar and Discourse. *Language*, Volume 56, number 2, 1980.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

IGNÁCIO, S. E. *Análise sintática em três dimensões: uma proposta pedagógica*. Franca: Ribeirão, 2002.

INFANTE, U. *Curso de gramática aplicada aos textos*. São Paulo Scipione,1995.

KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1993.

LUFT, C.P. *Dicionário de regência verbal*. São Paulo: Ática, 1996.

MARCUSCHI, L. A. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Aspectos linguísticos, sociais e cognitivos da produção de sentido*. 1998. (mimeo).

_____. *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

NEVES, M. H. de M. *Gramática na Escola*. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, M.R. de. & VOTRE, S. *Corpus discurso & gramática: - a língua falada e escrita*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, M. R. de; CEZARIO, M. M. PCN à luz do funcionalismo linguístico. *Linguagem & ensino*, Pelotas, v. 10, n. 1, p. 87-108, jan.-jun.2007.

PASCHOALIN, M. A.; SPADOTO, N. T. *Gramática: teoria e exercícios*. São Paulo: FTD, 1996.

PAVEAU, M.; SARFATI, G. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Clara Luz, 2006.

PEREIRA, H. B.; PELACHIN, M. M. *Português na trama do texto*. Volume único. São Paulo: FTD, 2004.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

SCHNEIDER, F. *O ensino da gramática: repensando o livro didático para o efetivo ensino da língua*. Disponível em:

<<http://www.webartigos.com/articles/3675/1/o-ensino-da-gramatica-repensando-o-ivro-didatico-para-o-efetivo-ensino-da-lingua/pagina1.html>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

SILVEIRA, E. S. da. *Relevância em narrativas orais*. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

SOUZA, C. M. de. Transitividade: uma questão para o ensino? In: AMORIM, C. M. da S.; ROCHA, L. H. P. da (Orgs.). *(In)transitividade na perspectiva funcionalista da língua*. Vitória: Edufes, 2008, p. 162-176.

TERRA, E.; NICOLA, J. de; CAVALLETE, F. T. *Português para o ensino médio: língua, literatura e produção de textos*. São Paulo: Scipione, 2002. (Série Parâmetros).